



MPRJ solicitou, em até 24 horas, indicadores de atendimento

Enel é questionada após apagão em Petrópolis

Em audiência, MPRJ e DPRJ cobram esclarecimentos em até 24 horas

A Defensoria Pública e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) cobraram explicações da concessionária Enel Rio sobre a demora no restabelecimento de energia elétrica em Petrópolis após o temporal registrado nos dias 9 e 10 de dezembro. O tema foi debatido em audiência presidida pelo juiz Jorge Luiz Martins Alves, cuja decisão ainda será formalmente publicada nos autos do processo.

Segundo a Defensoria, moradores ficaram mais de quatro dias sem energia, mesmo após a concessão de liminar em regime de plantão judicial.

Falta de energia

O defensor público Lucas Nunes informou que recebeu diversas reclamações de consumidores que permaneceram sem fornecimento de energia elétrica por vários dias após o temporal. No sábado, dia 13, ao consultar o site da concessionária, a Defensoria identificou mais de 1.600 residências sem luz, o que motivou o ajuizamento de medida judicial de urgência, com liminar concedida ainda naquela tarde.

Mesmo após a decisão, as reclamações continuaram. Na segunda-feira (15), o defensor e sua equipe realizaram vistoria presencial nos bairros Fazenda Inglesa e Rocio.

Na Fazenda Inglesa, foi encontrada uma vila com 18 famílias, cerca de 60 pessoas, sem energia desde o dia 9, de forma ininterrupta. Após contato direto do defensor com o ouvidor da Enel, uma equipe foi enviada ao local para poda de árvores sobre a rede elé-

trica, e o fornecimento foi restabelecido no início da noite.

Já no Rocio, moradores relataram que, embora a energia tivesse retornado, a potência excessiva impedia o uso de eletrodomésticos, caracterizando, segundo a Defensoria, um restabelecimento incompleto do serviço. Fotos e vídeos das vistorias foram encaminhados à promotora Vanessa Katz, do MPRJ.

O defensor também destacou que a população relatou falta de empatia no atendimento, além da ausência de equipes com vínculo com o município. Para a Defensoria, o reforço das equipes emergenciais não pode ocorrer com redução das equipes de manutenção, especialmente durante o período de chuvas.

MP cobra efetividade

Durante a audiência, o MPRJ afirmou que, embora não exista norma que fixe um número mínimo de equipes emergenciais, o plano de contingência precisa ser efetivo e garantir resposta adequada em situações de crise.

A promotora Vanessa Katz requereu que a Enel apresente, no prazo de 24 horas, os indicadores de atendimento emergencial previstos na Resolução Normativa nº 345/2008 da Aneel, além das normas que a substituíram. O objetivo é permitir uma avaliação mais precisa da efetividade do plano apresentado pela concessionária.

Com a juntada dessas informações, o Ministério Público solicitou nova vista dos autos para manifestação.

Enel diz ter ampliado equipes

Representando a concessionária, a responsável técnica da Enel no Polo Operacional Serrana, Thaís Almeida Peres, afirmou que o compartilhamento de informações integra o plano de contingência 2025/2026. Segundo ela, a empresa adota uma dinâmica sazonal, com reforço das equipes para o chamado Plano Verão.

De acordo com a Enel, a base Serrana conta com 138 equipes, sendo 89 mobilizadas em Petrópolis, número que representaria um aumento de 10% em relação ao plano anterior. Destas, 45 equipes atuam em regime emergencial 24 horas, com 26 operando diretamente no município.

A empresa informou ainda que, até novembro de 2025, foram realizadas 43 mil podas de árvores em Petrópolis, volume 7% superior ao registrado em 2024. No dia do evento climático, cerca de 57 mil clientes ficaram sem energia, com 296 reclamações formalizadas, que, segundo a concessionária, teriam sido solucionadas.

Decisão judicial

Ao longo da audiência, o juiz destacou o poder geral de cautela do Judiciário e a necessidade de que os entes públicos e concessionárias estejam preparados para atuar em cenários de desastre, lembrando que Petrópolis integra o grupo de territórios historicamente afetados por eventos climáticos graves.

A decisão judicial discutida na audiência ainda não foi publicada oficialmente nos autos.

Dívida do Sehac com fornecedores aumenta para R\$ 28,7 milhões

Por Johnnata Joras

Em uma audiência realizada nesta segunda-feira (15), na 4ª Vara Cível de Petrópolis, foi informado que a dívida do Serviço Autônomo do Hospital Alcides Carneiro (Sehac) com os fornecedores, aumentou para cerca de R\$ 28.711.007,14. O dado foi apresentado durante a sessão que voltou a debater a situação da saúde de Petrópolis. O valor até o dia quatro de novembro chegava a pelo menos R\$ 24.000.000,00.

A audiência marcou mais um capítulo da novela da saúde do município de Petrópolis. Na sessão, além das dívidas relacionadas ao Sehac com fornecedores, o foco foi abordar os insumos e materiais hospitalares.

De acordo com o presidente do Sehac, Luiz Cruzick, até nove de dezembro, a dívida com fornecedores aumentou para cerca de R\$ 28,7 milhões. Outro débito relevante é dos empréstimos consignados dos servidores da saúde. A pendência com os bancos chega a R\$ 1.193.226,03 e segundo Cruzick, ainda não há negociação com as instituições financeiras.

Cruzick ainda informou que a instituição aguarda a chegada de recursos para que a dívida possa ser amenizada. Segundo ele, todas as equipes das unidades que são gerenciadas pelo Sehac, atuam dentro das possibilidades em um trabalho de economicidade.

Além da dívida com fornecedores, existem valores a serem pagos em relação às férias de funcionários. Cruzick relatou que referente ao período de setembro, há R\$ 307.402,33 em débito, já em relação a outubro, são R\$ 328.953,34 e novembro, R\$ 94.882,68. No total, são cerca de R\$ 731 mil. No entanto, Cruzick informou também, que após entrar em contato com o secretário de Saúde, Aloísio Barbosa, o Sehac recebeu R\$ 1 milhão para pagamentos de itens mais urgentes.

Alimentação

Ainda sobre os fornecedores, existem as empresas que enviam as proteínas e outros gêneros alimentícios às unidades gerenciadas pelo Sehac. E por isso durante a sessão, essa questão foi debatida. Segundo a nutricionista do Sehac, as entregas de proteínas acontecem nas terças-feiras, mas até a última segunda-feira (15), ainda não havia estoque de carnes vermelhas e brancas. Com isso, foi necessário servir ovo mexido com bacon aos pacientes.

Além do prato principal, as unidades também fornecem uma sobremesa aos pacientes e no caso de segunda-feira, foi servido paçoca, item que chamou a atenção do magistrado.

Apesar dos problemas relacionados ao fornecimento, Cruzick ressaltou que houve pagamentos nos valores de R\$ 345 mil às empresas. Além disso, por enquanto, não há bloqueio de internações, nem cancelamentos de cirurgias. O presidente da instituição informou também que o Sehac manteve o corpo clínico, sem alterações de profissionais.

É importante lembrar que o Sehac é responsável por gerir o Hospital Alcides Carneiro (HAC), as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) de Cascatinha, Centro e Itaipava, além de Unidades Pré-Hospitalares da Posse e de Pedro do rio.